



SINDICATO DOS TRABALHADORES
NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E
FARMACÊUTICAS DO NORTE DO PARANÁ

Efetividade da lei depende de acordo setorial

Fonte: Gazeta do Povo

Para ter um efeito prático, a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) ainda depende de um acordo setorial que começou a ser elaborado em abril deste ano, com a criação de um comitê do governo federal que ficou responsável pelo trabalho de implementação da nova política de descarte de lixo no país. O chamado Comitê Intermunicipal da Política Nacional de Resíduos Sólidos é formado por grupos temáticos que discutem como será a logística reversa de cada tipo de produto, incluindo o de eletrônicos como os que estão guardados atualmente nas casas de muitas pessoas por falta de um destino correto ou que são descartados no lixo comum. O grupo temático sobre eletroeletrônicos, que inclui setores do governo, da indústria, dos municípios e representantes de ONGs e de catadores, se reuniu três vezes desde maio e espera começar a trabalhar o acordo setorial a partir de uma primeira proposta que ainda será apresentada pela indústria de eletrônicos no dia 25. A discussão está só começando e deve se estender por seis meses pelo menos. O coordenador do grupo temático, Alexandre Comin, espera que o texto esteja fechado até janeiro e possa ser enviado para consulta pública logo em seguida. Até lá, muitas dúvidas ainda terão de ser esclarecidas. “Quem vende deve ser obrigado a receber o mesmo tipo produto? É esse tipo de coisa que a proposta do acordo deve definir”, disse Comin, que é diretor do departamento de competitividade industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A opinião da indústria é de que é preciso criar modelos diferentes de coleta para cada tipo de eletroeletrônico, divididos nas linhas branca (produtos como geladeira, freezer, lava-roupa, ar-condicionado), marrom (te--vês, DVDs, VHS, equipamentos de áudio), verde (computadores, im--pressoras, celular) e azul (eletrodomésticos menores, como batedeira, liquidificador, ferro de passar). Ou seja, uma loja que vende computador não poderia receber nem se responsabilizar por dar um destino correto a uma geladeira velha, por exemplo. O relator do grupo temático, André Luís Saraiva, afirma que o próximo passo é encomendar estudos técnicos para levantar qual o tamanho do lixo eletroeletrônico do país, quantos aparelhos são descartados em cada estado e fazer um mapeamento das empresas que reciclam esse tipo de material. “Depois queremos fazer um projeto piloto, em alguma cidade, com alguns produtos. Acho que a partir de outubro já teremos resultados desse teste, que pode ser ampliado”, disse Saraiva, que é diretor de responsabilidade socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Fonte: http://www.sintriquifar.com.br/hp/noticias_result.php?not_id=860